



GOVERNO LULA DEFINE REGRAS PARA TRABALHO EM FERIADOS NO COMÉRCIO

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu as regras para o trabalho em feriados no comércio. Portaria com as normas foi assinada na tarde desta terça-feira (21), em cerimônia na sede do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e será publicada no Diário Oficial da União desta quarta (22), passando a valer imediatamente.

Após três anos de debate, Executivo federal e entidades do comércio e serviços chegaram a um acordo que determina a necessidade de negociação coletiva entre empresas e empregados

-como era antes de 2021-, com normas sobre o funcionamento n feriado e as folgas registradas em convenção coletiva de trabalho.

Há, no entanto, uma lista de categorias consideradas essenciais, que está liberada de funcionar sem necessidade de negociação. Horários de trabalho e folgas, no entanto, devem respeitar o que diz a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Dentre as categorias estão farmácias, salões de beleza, comércio de gás de cozinha, postos de combustíveis e feiras livres. Ficaram de fora da nova portaria os supermercados, que não faziam parte de legislação

anterior e queriam a liberação para trabalho sem a necessidade de acordo.

No evento de assinatura, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o espírito do governo é manter o diálogo em pautas da área.

"Enquanto houver problema, portas do diálogo têm que permanecer abertas. É a forma mais eficiente de evitar conflitos. Esperamos que lideranças tenham maturidade", disse. "O melhor dos mundos é que não tenha que ter interferência do Estado nesse processo. Este governo sempre estará a disposição se houver necessidade de intermediar conversa."

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo prepara distribuição de R\$ 13 bilhões de lucro do FGTS

Candidatos à Presidência poderão gastar até R\$ 133,4 milhões na campanha de 2026, decide TSE

Judiciário não substitui a política, mas deve atuar sem submissão aos Poderes, diz Fachin

Governo se reúne com setores afetados por tarifaço, que pedem reforço a medidas



Startup brasileira lança ferramenta de automação para corretores de seguros



NO MUNDO

Ataques do Irã ameaçam fornecimento de água no Golfo



O Irã voltou a atacar na noite de segunda-feira (20) uma usina de dessalinização de água no Kuwait, elevando o temor de uma crise no abastecimento para os cerca de 60 milhões de habitantes dos seis países que integram o Conselho de Cooperação do Golfo.

Segundo o governo kuwaitiano, a instalação funcionava em conjunto com uma central de energia elétrica, como é comum na região. Houve incêndios, que só foram controlados nesta terça (21), quando o país voltou a ser bombardeado, desta vez com Teerã tendo como alvo bases militares usadas pelos americanos.

O risco à infraestrutura,

presente desde que os Estados Unidos e Israel atacaram o Irã em 28 de fevereiro, faz parte da estratégia da teocracia na fase atual da guerra, recomeçada de forma mais restrita por Donald Trump em resposta a ataques iranianos contra petroleiros.

A decisão do americano encerrou o acordo de trégua de 60 dias assinado há um mês, mas o conflito está escalando progressivamente, sem um retorno às cinco semanas originais da guerra, com ataques generalizados.

Na semana passada, Trump subiu mais um degrau, bombardeando pontes e um aeroporto no rival, ainda que não cumprindo sua promessa de destruição

ampla. Teerã então passou a fazer ataques pontuais como o de segunda, que, segundo a Guarda Revolucionária, também atingiu instalações da gigante de e-commerce Amazon no Bahrein. Na semana passada, já havia atingido uma usina de dessalinização kuwaitiana.

A infraestrutura de abastecimento de água é especialmente sensível na região desértica. Segundo dados mais recentes do Fórum de Dessalinização do Oriente Médio e Norte da África, a dependência dos países do Golfo é enorme.

No Kuwait, por exemplo, 90% da água potável vem da dessalinização, índice que chega a 100% no Bahrein e Qatar.

Igor Gielow/Folhapress

Irã ataca navio no estreito de Hormuz, e EUA mantêm bombardeios

O Irã atacou um navio-tanque no estreito de Hormuz nesta terça-feira (21), elevando a tensão no Oriente Médio após novos bombardeios dos Estados Unidos e o anúncio de um bloqueio marítimo pelos rebeldes houthis contra a Arábia Saudita.

Um navio-tanque foi atacado no estreito de Hormuz, na costa de Omã, forçando a tripulação a abandonar a embarcação. A informação foi divulgada pela agência de Operações de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMT). A Guarda Revolucionária do Irã assumiu a autoria deste e de outros dois ataques ocorridos na segunda-feira.

Os rebeldes houthis do Iêmen, apoiados pelo Irã, anunciaram um bloqueio marítimo imediato contra a Arábia Saudita no Mar Vermelho. A medida fecha o

estreito de Bab al-Mandeb, por onde passa cerca de 12% do comércio global, em resposta ao que chamam de bloqueio injusto de mais de dez anos contra os iemenitas.

Os Estados Unidos realizaram a décima noite consecutiva de ataques aéreos contra posições iranianas. O Comando Central dos EUA afirmou que os bombardeios buscam reduzir a capacidade do Irã de atacar navios comerciais, atingindo centros de comando militar e locais de lançamento de mísseis e drones.

O presidente do Irã declarou que o país retornou a um estado de guerra total. Apesar da retórica agressiva, o ministro do Interior iraniano viajou ao Paquistão, país que atua como mediador importante no conflito, para tentar abrir canais de negociação.

Folhapress

Ameaça dos houthis faz petroleiros darem meia-volta no mar Vermelho



Em seu primeiro dia de vigência, o bloqueio aos portos sauditas no mar Vermelho pelos houthis do Iêmen foi eficaz em assustar empresas de transporte que operam na região. Ao menos sete petroleiros deram meia-volta, evitando o estreito de Bab el-Mandeb nesta terça-feira (21).

A via, por onde normalmente são escoados de 9% a 12% do óleo do mundo, foi declarada fechada pelos rebeldes apoiados pelo Irã para navios indo ou vindo com o produto saudita na segunda (20).

Os dados são de monitores de tráfego marítimo, mas ainda não há um

cenário fechado porque os relatórios dependem de os navios estarem com seus sistemas de posicionamento por satélite operando. O impacto nos contratos futuros foi imediato: o barril do tipo Brent subiu 2%, batendo US\$ 91.

Nesta terça, segundo agências de notícias, os houthis enviaram e-mails para empresas que operam na região alertando contra o trânsito pelo estreito, abrindo efetivamente uma nova frente na guerra iniciada em fevereiro pelos Estados Unidos e Israel contra seus patronos em Teerã.

Nesta terça, Trump afirmou que os EUA irão responder caso haja neces-

sidade. Se houver algum ataque a navios mercantes, disse, "nós teremos que cuidar do assunto".

Os rebeldes dominam a região oeste do país com apoio do Irã desde 2014, enquanto o governo destituído da capital Sanaa tem suporte de Riad.

Os houthis têm um vasto arsenal de drones e mísseis que podem causar um estrago considerável ao comércio mundial, como ficou evidente ao apoiar os terroristas do Hamas contra Israel no conflito de 2023 a 2025 e, com isso, quintuplicar os fretes devido aos desvios para evitar o mar Vermelho.

Igor Gielow/Folhapress

**DATA
MERCANTIL** **São Paulo**

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo prepara distribuição de R\$ 13 bilhões de lucro do FGTS



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se prepara distribuir R\$ 13,042 bilhões de lucro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aos trabalhadores. O dinheiro será depositado na conta vinculada do Fundo de Garantia. Tem direito aos valores titulares quem tinha saldo nesta conta em 31 de dezembro de 2025.

O montante ainda deverá ser aprovado pelo Conselho Curador do FGTS, cuja reunião está marcada para a próxima terça-feira (28). Segundo proposta obtida pela Folha, serão distribuídos 89% do resultado obtido em 2025.

No ano passado, o Fundo de Garantia teve lucro de cerca de R\$ 14,6 bilhões, com receita total de R\$ 64,5 bilhões. Em 2024, o lucro foi R\$ 13,6 bilhões dos quais R\$ 12,92 bi foram distribuídos, o equivalente a 95%.

Por lei, os valores são depositados nas contas vinculadas até o dia 31 de agosto, mas esse repasse poderá ser antecipado, a depender do que será decidido na reunião do conselho. O montante é pago pela Caixa Econômica Federal, gestora do fundo, cujo controlador é o conselho, presidido pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O percentual a ser distribuído segue regra definida pelo STF (Supremo Tribunal

Federal), em julgamento de ação sobre a rentabilidade do fundo. Para o Supremo, a correção do FGTS, de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial) mais a distribuição dos lucros é constitucional, mas os trabalhadores não podem receber menos do que a inflação.

A rentabilidade das contas ficará em 6,90%, superando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2,53 pontos percentuais. Em 2025, a inflação oficial do país ficou em 4,26%. Ao todo, cerca de 138,2 milhões de trabalhadores com saldo na conta vinculada do FGTS em 31 de dezembro de 2025 serão beneficiados.

Folhapress

Modelo do Pix desafia controle financeiro dos EUA sobre o Brasil

O Pix brasileiro virou um dos alvos do governo dos Estados Unidos (EUA), entre outros motivos, por desafiar o controle financeiro de Washington sobre a infraestrutura brasileira de pagamentos eletrônicos. A avaliação é de especialistas em economia e relações internacionais consultados pela Agência Brasil.

A razão do governo de Donald Trump para incluir o Pix entre as justificativas para o tarifaço de 25% seria, em primeiro lugar, geopolítica, e não estritamente econômica motivada pela concorrência com empresas dos EUA como Visa, MasterCard ou Whatsapp Pay.

O professor de economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Maicon Cláudio da Silva destaca que o ataque ao Pix tem relação direta com a perda de poder e controle dos EUA sobre o sistema financeiro do Brasil.

“Esse tipo de medida deixa evidente que os EUA não querem perder esse poder que eles têm hoje sobre o sistema financeiro em boa parte do mundo. Não à toa, a China não usa Visa e Mastercard. Ela tem

sistemas próprios, e isso tem a ver com uma maior soberania e autonomia desse país”, disse.

Silva lembrou que o Pix aumentou a bancarização da população brasileira, trazendo ganhos econômicos também para as empresas dos EUA.

“Movimentos econômicos que antes ocorriam só no dinheiro passaram a ocorrer via sistema financeiro, através do Pix. Isso facilita o acesso das pessoas a contas bancárias e, eventualmente, também a cartão de crédito”, explicou.

Em 2025, os cartões movimentaram R\$ 4,5 trilhões na esteira da expansão do Pix. Um crescimento de 10,1%, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

Lucas León/ABR



Governo se reúne com setores afetados por tarifaço, que pedem reforço a medidas



O governo federal recebe nesta terça-feira (21) alguns dos segmentos industriais afetados pela nova rodada de tarifas anunciadas pelos Estados Unidos contra o Brasil.

Estão previstas reuniões com associações do setor de máquinas e equipamentos, calçados, e pneus. O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) participarão das conversas.

Na última quarta-feira (15), o governo Donald Trump anunciou um novo tarifaço de 25% sobre uma ampla gama de setores industriais brasileiros. A medida atinge cerca de

18% das exportações aos Estados Unidos, ou algo como US\$ 7,4 bilhões (R\$ 38 bilhões) em mercadorias, segundo as contas do governo brasileiro.

Alguns setores sentirão a sobretaxa com mais força. É o caso do segmento da madeira, que verá 81% das exportações aos EUA atingidas pelas novas tarifas, segundo a CNI. A nova rodada também prejudicará 56% das exportações de minerais não metálicos, 51% das exportações de químicos e 38% das exportações de alimentos para os EUA.

Em reunião com Alckmin nesta terça, representantes da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) defenderam mudanças no

programa Brasil Soberano, que oferece linhas de crédito emergencial para os setores afetados.

A Abimaq sugere reduzir as taxas de juro, ampliar os segmentos elegíveis na indústria de máquinas e equipamentos e conceder isenção do IOF nas operações de crédito do programa, entre outras mudanças. O governo não sinalizou se vai aceitar a proposta.

Outros setores podem pedir barreiras comerciais contra produtos asiáticos. Como mostrou a Folha de S. Paulo, entidades setoriais defenderam junto ao Mdic, na semana passada, a imposição de cotas de importação de produtos asiáticos como “remédio” ao tarifaço americano.

Folhapress

POLÍTICA

Candidatos à Presidência poderão gastar até R\$ 133,4 milhões na campanha de 2026, decide TSE



Os candidatos à Presidência da República poderão gastar até R\$ 133,4 milhões nas eleições de outubro de 2026, segundo valores definidos pelo TSE. Os limites de gastos de campanha para cada cargo do pleito foram oficializados em portaria publicada nesta terça-feira (21).

A corte estabeleceu que quem se candidatar ao Planalto, como é o caso do presidente Lula e do senador Flávio Bolsonaro, por exemplo, poderá usar até R\$ 88,9 milhões no primeiro turno. Caso a disputa vá para o segundo turno, eles serão liberados a gastar outros R\$ 44,5 milhões.

Os valores são os mesmos para a campanha de 2022, atendendo a um pedido

feito pelos presidentes dos partidos ao presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, para congelar o teto de gastos. Eles argumentaram que aumentar o limite poderia gerar distorções entre as candidaturas.

Como mostrou a Folha, o PT reservou R\$ 126 milhões para a candidatura de reeleição de Lula. O valor corresponde a 20,6% do fundo eleitoral do partido, atrás apenas da parcela destinada aos candidatos à Câmara dos Deputados (43%), que concentra o maior número de concorrentes na disputa.

Já o PL conta com o maior montante do fundo eleitoral entre as legendas em 2026: R\$ 815 milhões. Além disso, considerando também as doações de pessoas físicas, o partido de Flávio Bolso-

naro terá receita suficiente guardada para bancar toda a campanha presidencial sem mexer no fundo.

A portaria do TSE também define que o limite de gastos na campanha para os candidatos a governador e ao Senado vai variar de acordo com o tamanho do colégio eleitoral quanto maior, mais dinheiro previsto.

Em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, com 34,1 milhões de eleitores aptos a votar, o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) e o pré-candidato a reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), poderão usar até R\$ 40 milhões. Serão R\$ 26,7 milhões no primeiro turno e mais R\$ 13,3 milhões, se houver um embate direto.

Folhapress

PF intima Jaques Wagner a depor sobre suspeitas de pagamentos ligados ao Master

O senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-líder do governo Lula (PT) no Senado, foi intimado pela Polícia Federal a depor em agosto na investigação relativa ao caso Master.

Ele foi alvo de operação em junho sob suspeita de ter recebido pagamentos do banco de Daniel Vercaro, por meio da empresa da nora do parlamentar e de um apartamento em Salvador avaliado em R\$ 2,5 milhões.

A apuração foi feita a partir da análise de material apreendido com Augusto Lima, ex-sócio do Master e próximo a Wagner.

O depoimento está previsto para a primeira semana de agosto. Procurada, a defesa do senador ainda não se manifestou.

Em evento em Salvador, Wagner afirmou nesta terça que, por orientação da sua defesa, não irá falar sobre o tema. "Eu estou falando só sobre campanha e ele responde sobre isso aí. Mas eu estou tranquilo. Acho

que, assim como em 2018, a inocência será provada, independente dessa agitação que está agora."

O senador foi alvo de busca e apreensão em fase da Operação Lava Jato, em 2018.

Na operação da PF sobre o Master que mirou o parlamentar, foram encontrados US\$ 55 mil e 33 mil euros (cerca de R\$ 471 mil, em valores atuais) em endereços ligados a ele.

Wagner defendeu que o dinheiro, aproximadamente US\$ 55 mil, tem origem legal. "Algumas vezes, eu indo viajar, comprei dólar no Banco do Brasil. Mas toda vez que você viaja pelo Senado tem diário, que pode ser paga, depositada na sua conta ou pedida em dólar. Sempre peço em dólar, que é uma forma também de eu economizar e guardar", disse o senador.

A busca e apreensão contra o senador levou o petista a deixar o cargo de líder do governo Lula no Senado.

Folhapress

Judiciário não substitui a política, mas deve atuar sem submissão aos Poderes, diz Fachin



O presidente do STF, Edson Fachin, afirmou nesta terça-feira (21) que o Judiciário não substitui a política, mas defendeu que o Poder deve exercer suas funções sem "submissão indevida" ao Executivo e ao Legislativo e sem obedecer a interesses econômicos, campanhas midiáticas e pressões populares ou internas.

"Um Judiciário institucionalmente forte, mas composto por juízes vulneráveis à pressão, não é verdadeiramente independente. Da mesma forma, magistrados íntegros inseridos em instituições frágeis dificilmente conseguirão sustentar sua independência no longo prazo", afirmou Fachin.

Ele deu as declarações

em aula magna no Palácio da Justiça, em Luanda, capital de Angola.

O presidente do Supremo afirmou que a legitimidade das cortes não é eleitoral e que nem toda questão política deve ser judicializada. "Faz parte dessa responsabilidade a autocontenção. O juiz constitucional deve reconhecer quando o legislador possui maior capacidade institucional ou técnica", disse.

Apesar disso, Fachin defendeu que as instituições devem ser capazes de dizer "não" quando o exercício do poder ultrapassa os limites estabelecidos pela Constituição. Segundo ele, é nesse contexto que o Judiciário deve atuar para preservar a democracia.

"Se a democracia consti-

tucional é aquilo que vemos -eleições, instituições, Parlamento, governos, tribunais, participação política-, existem fundamentos menos visíveis que sustentam todo esse edifício. Entre eles está a independência judicial. Ela raramente é percebida quando tudo funciona normalmente, mas sua ausência torna-se dramática quando a crise chega", declarou.

O argumento apresentado pelo ministro tem sido adotado por ministros do STF nos últimos anos, especialmente para justificar decisões em casos como o julgamento da trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o inquérito das fake news, que completou sete anos em 2026.

Folhapress



Startup brasileira lança ferramenta de automação para corretores de seguros



Após aporte de R\$ 45 milhões em uma rodada de investimentos seed, a Segura, startup brasileira focada em inteligência artificial para o setor de seguros, lança nesta semana uma nova ferramenta para automação da venda para corretores.

De acordo com a empresa, a plataforma utiliza IA para gerenciar leads, centralizar cotações em um único ambiente e acompanhar cada etapa do processo comercial do corretor, desde o primeiro contato com o cliente até a emissão da apólice.

A novidade atua como uma central de negócios integrada à Helena, a as-

sistente de IA da startup, estruturando o processo de vendas em um formato visual inspirado no método Kanban, que é um sistema de gestão de fluxo de trabalho criado originalmente pela montadora Toyota.

A Helena é uma agente de IA que funciona de forma semelhante ao ChatGPT. Os dados compartilhados com a ferramenta são criptografados e não são compartilhados com seguradoras parceiras, em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Mais recentemente, a Segura lançou o Conversas, que integra a Helena ao WhatsApp e permite o suporte ao processo comer-

cial diretamente no canal de comunicação.

Além disso, a startup brasileira obteve, em abril deste ano, R\$ 45 milhões em uma rodada de investimento seed coliderada pela a16z e pela Kaszek, com participação da Big_Bets.

A a16z possui mais de US\$ 100 bilhões em ativos e tem investido em grandes empresas como Facebook, Airbnb e OpenAI.

A rodada de investimentos, segundo a startup brasileira, está sendo usada para acelerar o desenvolvimento da tecnologia, ampliar o time e fortalecer a expansão da Segura no mercado brasileiro de seguros.

CNN

David Vélez, do Nubank, passa a integrar conselho da OpenAI

A OpenAI, dona do ChatGPT, anunciou nesta terça-feira (21) que nomeou David Vélez, fundador e CEO global do Nubank, para seu conselho de administração.

Também foi indicado para o comitê Robin Vince, CEO do BNY (anteriormente conhecido como BNY Mellon), que fornece serviços financeiros e custódia de ativos.

Eles farão parte dos conselhos da OpenAI Foundation, braço sem fins lucrativos da empresa, e da OpenAI Group PBC, holding do grupo.

Segundo a startup de inteligência artificial, os executivos trarão perspectivas complementares sobre como a tecnologia pode transformar setores e impulsionar o crescimento econômico.

"David e Robin são líderes excepcionais que utilizaram a tecnologia para transformar os serviços financeiros e ampliar oportunidades em escala global. A experiência deles será inestimável à medida que a OpenAI atende mais empresas e pessoas ao redor do

mundo, trabalhando para garantir que a IA beneficie a todos. Estamos muito felizes em recebê-los nos conselhos", disse Bret Taylor, presidente dos conselhos da OpenAI Foundation e da OpenAI Group PBC, em comunicado.

No início do mês, outra mudança na empresa foi anunciada. Fidji Simo, que era braço direito do CEO da OpenAI, Sam Altman, afirmou que vai deixar o cargo de CEO de implementação de AGI, em referência à inteligência artificial geral, uma tecnologia teórica que equivale aos poderes do cérebro humano. Ela estava afastada por licença médica desde abril.

"Hoje, compartilhei com a equipe da OpenAI que decidi deixar meu cargo em tempo integral na OpenAI e passar a atuar como consultora em meio período", postou Fidji em uma publicação nas redes sociais.

Ela ingressou no conselho de administração da OpenAI em março de 2024, enquanto atuava como CEO da empresa de entrega de compras Instacart.

Folhapress

Acreditação na saúde digital: novo padrão busca integrar tecnologia e qualidade assistencial



A Organização Nacional de Acreditação (ONA) lançou, no último dia 13 de julho, o Manual de Acreditação em Saúde Digital, o primeiro guia especializado desta categoria para o setor no Brasil. O lançamento foi realizado durante reunião do Instituto Coalizão Saúde (ICOS) em São Paulo, que reuniu importantes lideranças e representantes do setor de saúde. A GZM participou como convidado do evento.

O documento foi desenvolvido em colaboração com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); o Instituto Coalizão Saúde (ICS); a Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS);

a organização Saúde Digital Brasil; e a Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde.

O objetivo da publicação é padronizar processos para fortalecer os elos da cadeia de saúde. "Nosso objetivo foi criar padrões capazes de fortalecer os diferentes elos da cadeia da saúde", explicou o Dr. Péricles Góes da Cruz, superintendente técnico da ONA.

A implementação de padrões de saúde digital busca endereçar desafios críticos de interoperabilidade e governança de dados em um mercado marcado pela fragmentação das informações dos pacientes. O manual propõe um referencial para que as organizações possam

gerir a tecnologia não apenas como uma ferramenta de suporte, mas como um eixo central da qualidade e da segurança do paciente.

"A acreditação não é um checklist. Ela é um instrumento para construir a saúde do futuro", afirmou o Prof. Dr. Chao Lung Wen, professor da FMUSP e um dos responsáveis pela publicação.

Segundo o pesquisador, a adesão a este manual é um passo essencial para a maturidade digital das instituições, permitindo que a integração entre sistemas — frequentemente apontada como o principal gargalo da digitalização da saúde — ocorra com critérios técnicos de governança e eficácia assistencial.

Startupi

PUBLICIDADE LEGAL

S.P.G.M.M 40 - Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 45.619.266/0001-55 - NIRE 35300588355

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: Em 18/07/2024, às 10hs, na sede social. **Presenças:** Dispensada a convocação, consoante o dispositivo no § 4º do art. 124 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedade por Ações). **Mesa:** Presidente, Sra. Flávia Shizuko Nakau Murata Frandoloso; Secretário, Sr. Adriano Alves Lemos. **Deliberações aprovadas:** 5.1. **Alteração do Objeto Social.** Altera-se, neste ato, o objeto social da Sociedade, a fim de incluir as atividades de administração, compra, venda de bens e imóveis próprios, empreendimentos imobiliários e gestão patrimonial [CNAE 6810-2/01]; aluguel de imóveis próprios [CNAE 6810-2/02]; e participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como quotista ou acionista, e compra e venda de participações societárias [CNAE 6462-0-00]. Desta forma, o Artigo 4º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) Prestação de serviços de locação de veículos; (b) Locação de automóveis com ou sem motorista; (c) Locação de mão-de-obra temporária; (d) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutos; (e) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como quotista ou acionista, e compra e venda de participações societárias; (f) administração, compra, venda de bens e imóveis próprios, empreendimentos imobiliários e gestão patrimonial; e (g) aluguel de imóveis próprios. 5.4. **Consolidação do Estatuto Social.** Permanecem inalterados e em pleno vigor todos os demais artigos do Estatuto Social naquilo em que não colidam com as deliberações aprovadas nesta Assembleia. Decidem aprovar a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. Ribeirão Preto/SP, 19/07/2024. JUCESP nº 294.022/24-7 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ALTERAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação Social, Sede, Foro, Objeto e Prazo. Artigo 1º - A **S.P.G.M.M 40 - Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima brasileira que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, especialmente pelo disposto na Lei Federal nº 6.404 de 15/12/2976 ("Lei das S.A."). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Teodoro Sampaio, nº 744, Conjunto 108, CEP 05406-000, podendo alterar o endereço da sua sede social, abrir ou extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios, departamentos, bem como nomear representantes em qualquer parte do território nacional por deliberação da diretoria. **Artigo 3º** - O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) Prestação de serviços de locação de veículos; (b) Locação de automóveis com ou sem motorista; (c) Locação de mão-de-obra temporária; (d) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutos; (e) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como quotista ou acionista, e compra e venda de participações societárias; (f) administração, compra, venda de bens e imóveis próprios, empreendimentos imobiliários e gestão patrimonial; e **Capítulo II - Do Capital Social, Ação e sua Distribuição. Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, já integralizada R\$ 100,00, conforme recibo de depósito da decima parte do preço de emissão das ações subscritas e R\$ 900,00 a integralizar em 12 meses. **§1º** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais da Assembleia Geral. **§2º** - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Artigo 6º** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, por deliberação em Assembleia Geral, aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações-ordinárias. **Artigo 8º** - A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembleia Geral, conforme aplicável. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo. **§único** - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas, fará com que o mesmo esteja, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei das S.A., sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com variação do Índice Geral de Preço do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou seu substituto, na menor periodicidade legal admitida, além de juros de 12% ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o término do 4º mês após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as prescrições legais e as deste Estatuto Social. **§único** - Os anúncios de convocação dos acionistas para as Assembleias Gerais serão publicados pela imprensa, na forma e nos prazos da Lei, deles constando a Ordem do Dia, bem como o dia, o local e a hora da Assembleia Geral. Ficam dispensadas as formalidades de convocação se à Assembleia Geral comparecerem todos os acionistas. **Artigo 10º** - Todas as matérias submetidas à Assembleia Geral serão aprovadas por maioria dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas em Lei, neste Estatuto ou em Acordo de Acionistas. **§1º** - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, ou disposição diversa em eventual Acordo de Acionistas, determinar a distribuição de dividendo inferior ao eventual mínimo que venha a ser estatutariamente definido, ou a retenção de todo o lucro. **§2º** - A Diretoria é competente para convocar a Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 11º** - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 e no máximo 5 membros, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer momento, permitida a reeleição. **§1º** - Os Diretores eleitos ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os elegerem. **§2º** - A investida dos Diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. Os Diretores exercerão seus mandatos independentemente de caução. **Capítulo V - Da Diretoria. Artigo 12º** - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; e contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou **Artigo 13º** - A Companhia poderá constituir procuradores, devendo constar dos respectivos instrumentos de mandato os atos e as operações que poderão ser praticados, bem como o prazo de duração do mandato, o qual, no entanto, não poderá ultrapassar 1 ano, exceto quando se tratar de poderes ad iudicia ou para a defesa dos interesses da Companhia em processos administrativos. Na constituição de procuradores a Companhia será sempre representada pela Diretoria. **§único** - Dependerão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital socia a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 14º** - Complete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo VI - Conselho Fiscal. Artigo 15º** - A Companhia não terá um Conselho Fiscal. **Capítulo VII - Exercício Social, Balanço e Resultados. Artigo 16º** - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 17º** - Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 18º** - Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 19º** - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 20º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, e elegerá o liquidante. **Capítulo VIII - Solução de Conflitos. Artigo 21º** - Quaisquer controvérsias ou reivindicações decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social, ou ao descumprimento de qualquer um dos Artigos acima, será resolvido por meio de um procedimento arbitral administrado pela Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC"). **§1º** - A arbitragem será regida pela legislação brasileira. **§2º** - O tribunal arbitral formado para a solução de controvérsias será composto por 3 árbitros, sendo que 1 árbitro será indicado pela parte demandante; 1 árbitro será indicado pela parte demandada; e o terceiro árbitro será indicado conjuntamente pelos 2 primeiros, a quem caberá a presidência do tribunal arbitral. Caso os árbitros nomeados não cheguem a um acordo quando à designação do terceiro árbitro em até 10 dias úteis após a data da nomeação do segundo árbitro, caberá à CCBC nomear o terceiro árbitro. **§3º** - O local de arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nas dependências da CCBC. O idioma usado na arbitragem será o português. **§4º** - O laudo arbitral será definido e vinculante para os acionistas e para a Companhia, não estando sujeito à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. **Artigo 22º** - Os casos omissos do presente estatuto serão regulados pela legislação vigente."

Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 05.476.154/0001-78 - NIRE 35.300.194.225

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30/04/2026

Data, Hora e Local. Em 30/04/2026, às 18hs, na sede social. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa.** Presidente: Rogério Barbosa; e Secretária: Juliana Fonseca Alves. **Deliberações aprovadas. 4.1. Aprovada** as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2025, com o parecer favorável, sem ressalvas, dos Auditores Independentes, Ernst & Young Global Limited, publicadas no Jornal Data Mercantil, no dia 30/04/2026, na página 18 da versão impressa e na versão digital, disponível em: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/. O lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2025, no valor de **R\$ 7.540.311,01**, terá a seguinte destinação: **(i)** Reserva legal: R\$ 377.015,55; **(ii)** Dividendo mínimo obrigatório: o montante de R\$ 20.000,00, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, nos termos do artigo 21, alínea "b", do Estatuto social da Companhia, será destinado à reserva orçamentária para investimentos futuros; e **(iii)** Retenção de lucros: R\$ 7.143.295,46. **4.2.** Foi estabelecida a remuneração global dos membros da Administração, conforme indicado no orçamento arquivado na sede da Companhia. A quantia será distribuída entre os membros da Administração, de acordo com os termos do Estatuto Social, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária. Nada mais. Lorena/SP, 30/04/2026. JUCESP nº 268.195/26-2 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Terminal Corredor Norte S.A.

CNPJ/MF nº 14.907.194/0001-18

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)					
Ativo	31/03/2026	31/03/2025	Passivo e patrimônio líquido	31/03/2026	31/03/2025
Circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	69.938	37.043	Fornecedores	4.216	4.312
Contas a receber de clientes	12.699	4.414	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	7.269	2.492
Estoques	102	106	Passivo de arrendamento	7.741	7.080
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.458	7.104	Outros passivos	2.474	1.078
Impostos a recuperar	2.439	2.159	Total do passivo circulante	21.699	14.962
Adiantamento a fornecedores	28	93	Passivo não circulante		
Outros créditos	4.422	3.926	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.535	5.724
Total do ativo circulante	97.086	54.845	Passivo de arrendamento	110.016	117.656
Não circulante			Total do passivo não circulante	115.551	123.380
Partes relacionadas	424	311	Total do passivo	137.251	138.342
Outros ativos	17	16	Patrimônio líquido		
Investimento em controlada em conjunto	232	232	Capital social	116.000	116.000
Imobilizado	264.512	278.962	Reserva legal	20.705	16.258
Intangível	124	253	Reservas de incentivos fiscais	70.990	58.330
Total do ativo não circulante	265.309	279.774	Lucro à disposição da assembleia	17.449	5.689
			Total do patrimônio líquido	225.144	196.277
Total do ativo	362.395	334.619	Total do passivo e patrimônio líquido	362.395	334.619
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)					
	31/03/2026	31/03/2025		31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida	172.222	164.227	Resultado financeiro líquido	6.924	6.893
Custo dos serviços prestados	(63.394)	(64.585)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.795	97.531
Lucro bruto	108.828	99.642	Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.040)	(9.948)
Receitas (despesas) operacionais			Imposto de renda e contribuição social diferidos	189	(1.882)
Gerais e administrativas	(7.986)	(7.550)	Imposto de renda e contribuição social	(18.851)	(11.830)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(1.454)	Lucro líquido do exercício	88.944	85.701
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	100.871	90.638	Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,767	0,739
Diretoria			Contador		
Kazukata Kuromiya Diretor Presidente	Kohei Onishi Diretor	Cezar da Cunha Melo Sena Diretor	Masaki Tanaka Diretor	Emerson Souza Santos CRC 1SP - 302.898/O-0	
“As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026 e o relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente na sede da Companhia. O referido relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 15 de julho de 2026, sem modificações.”					

Governo relata a empresários termos de acordo "ruim" oferecido pelos EUA



Integrantes do governo descreveram nesta terça-feira (21), durante uma série de encontros com empresários, alguns termos do acordo que os Estados Unidos queriam fazer com o Brasil sobre o tarifaço.

De acordo com um empresário, um alto integrante da equipe de negociações com os americanos afirmou, em um dos encontros, que os Estados Unidos queriam zerar a tarifa dos produtos americanos no Brasil e tarifar grande parte dos produtos brasileiros nos Estados Unidos, em especial os do agronegócio.

Ainda de acordo com essa autoridade, houve, de fato, negociação, mas a proposta final dos americanos foi considerada pelos negociadores brasileiros "muito ruim e desvantajosa" para a indústria e a agricultura brasileiras.

Pelo menos dois empresários que participaram das conversas nesta terça-feira, em Brasília, relataram à CNN sentir que o governo pretende voltar a negociar com os americanos, mas sem um prazo definido.

Um interlocutor ainda defendeu que é necessário ceder onde for possível

para aumentar a lista de exceções ao tarifaço.

O que defende o empresárioado é que seja colocado o foco na questão comercial e evitar o atrito político.

E pede-se que a retaliação seja evitada uma vez que são necessárias as importações de alguns produtos dos EUA.

Em linhas gerais, os empresários pediram que o governo intensifique a negociação bilateral, dê apoio à defesa institucional na investigação da Seção 301 e mobilize importadores e clientes americanos afetados.



PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,0774 / R\$ 5,078 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0710 / R\$ 5,0730 *
Turismo - R\$ 5,0961 /
R\$ 5,2761
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: -0,30%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação:
−0,03%
Pontos: 173.325
Volume financeiro:
R\$ 18,353 bilhões
Maiores altas: MBRF
Global Foods Company
SA ON (4,06%), Usinas
Siderurgicas de Minas
Gerais PN (3,68%),
CSN Mineracao SA ON
(3,53%)
Maiores baixas: Hypera
SA ON (-5,51%), Rede
D'OR Sao Luiz SA ON
(-4,32%), YDUQS
Participacoes SA ON
(-4,16%)
S&P 500 (Nova York):
0,89%
Dow Jones (Nova York):
0,74%
Nasdaq (Nova York):
1,29%
CAC 40 (Paris): 0,28%
Dax 30 (Frankfurt):
0,66%
Financial 100
(Londres): 0,58%
Nikkei 225 (Tóquio):
3,26%
Hang Seng (Hong
Kong): -0,04%
Shanghai Composite
(Xangai): 1,79%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 3,06%
Merval (Buenos Aires):
1,81%
IPC (México): 0,89%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%

Novaagri Infra-Estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A.									
CNPJ/MF nº 09.077.252/0001-93									
Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais – R\$)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	104.111	156.734	196.267	197.339	Fornecedores	1.764.591	1.395.921	2.149.878	1.954.285
Contas a receber de clientes	365.094	353.227	1.062.328	1.479.139	Empréstimos e financiamentos	–	223.681	229.690	558.919
Estoques	715.229	444.462	715.332	444.699	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	26.707	36.138	38.715	47.917
Adiantamentos a fornecedores	28.719	16.157	29.117	17.274	Passivo de arrendamento	7.828	1.052	15.569	8.126
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.799	8.992	20.257	16.096	Instrumentos financeiros derivativos	168.355	102.090	275.261	182.088
Impostos a recuperar	111.190	14.326	113.629	16.356	Dividendos obrigatórios a distribuir	545	–	545	–
Instrumentos financeiros derivativos	291.316	165.173	538.713	251.436	Outros passivos	18.325	21.205	33.430	23.973
Depósito de margem	88.109	35.932	120.763	37.509	Total do passivo circulante	1.986.351	1.780.087	2.743.089	2.775.308
Outros ativos	1.782	11.875	20.905	18.427	Não circulante				
Total do ativo circulante	1.718.350	1.206.878	2.817.312	2.478.275	Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	5.535	6.316
Não circulante					Passivo de arrendamento	–	–	110.016	117.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.448	168.903	161.973	169.700	Total do passivo não circulante	–	–	115.551	123.968
Impostos a recuperar	5.900	127.208	5.900	127.208	Total do passivo	1.986.351	1.780.087	2.858.640	2.899.276
Outros ativos	9.036	16.250	9.053	16.526	Patrimônio líquido				
Investimento em controlada	435.819	381.919	232	232	Capital social	442.785	231.031	442.785	231.031
Imobilizado	114.233	126.589	378.766	403.921	Reserva de capital	8.328	8.328	8.328	8.328
Intangível	23.835	29.073	23.958	29.217	Ajuste de avaliação patrimonial	(25.523)	53.160	(25.523)	53.160
Total do ativo não circulante	750.270	849.942	579.883	746.804	Reserva de lucros	56.678	(15.786)	56.678	(15.786)
Total do ativo	2.468.619	2.056.820	3.397.194	3.225.079	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	482.268	276.733	482.268	276.733
					Participação dos acionistas não controladores	–	–	56.286	49.070
					Total do patrimônio líquido	482.268	276.733	538.554	325.803
					Total do passivo e patrimônio líquido	2.468.619	2.056.820	3.397.194	3.225.079
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025		2026	2025	2026	2025
Receita líquida	6.711.625	6.210.186	8.337.889	8.296.399	Despesas financeiras	(52.713)	(52.183)	(57.380)	(59.291)
Custo das mercadorias vendidas	(6.585.000)	(6.062.149)	(7.981.735)	(7.979.756)	Resultado financeiro líquido	(37.407)	(46.699)	(34.889)	(41.950)
Custo dos serviços prestados	(4.147)	(3.241)	(67.541)	(67.826)	Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	83.860	35.701	127.747	67.421
Lucro bruto	122.478	144.796	288.613	248.817	Imposto de renda e contribuição social correntes	15	988	(18.356)	(6.857)
Despesas operacionais					Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.867)	(87.419)	(14.146)	(89.869)
Gerais e administrativas	(113.534)	(112.824)	(127.403)	(136.109)	Imposto de renda e contribuição social	(10.852)	(86.431)	(32.502)	(96.726)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.396	(1.254)	1.425	(3.337)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.009	(50.730)	95.245	(29.305)
Resultado de participação em controladas	110.927	51.682	–	–	Atribuível aos acionistas controladores	–	–	73.009	(50.730)
Lucro antes do resultado financeiro	121.267	82.400	162.636	109.371	Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	22.236	21.425
Resultado financeiro					Lucro líquido (prejuízo) do exercício – Consolidado			95.245	(29.305)
Receitas financeiras	15.307	5.484	22.491	17.341	Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$			0,420	(0,292)
Diretoria									
Kazukata Kuromiya	Kohei Onishi		Thiago Luiz Goerck		Masaki Tanaka		Contador		
Diretor Presidente	Diretor		Diretor		Diretor		Emerson Souza Santos		
Takanobu Kodama	Cezar da Cunha Melo Sena		Alexandre Koszutzki Vasconcelos		Eluard Puccini de Moraes		CRC 1SP 302.898/O-0		
Diretor	Diretor		Diretor		Diretor				
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026 e o relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente na sede da Companhia. O referido relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 15 de julho de 2026, sem modificações.									

Candidato da Previ aparece como favorito na sucessão da Vale



A Vale divulgou na manhã desta terça-feira (21) um mapa dos votos para a eleição da sucessão na empresa que ocorre nesta quarta-feira (22). O documento mostra que Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira, conhecido como “Ollie”, hoje diretor da empresa, larga na frente com votos de acionistas que detém 1,29 bilhões de ações, o que representa 62,5% dos que já deram suas posições na disputa. Ollie é apoiado pela Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. Seu adversário na disputa, o conselheiro Marcelo Gasparino, considerado independente, tem aproximadamente 36% do total, o correspondente a 746 milhões de votos. Na segunda eleição que também ocorre nesta quarta, a ex-executiva da BP Ieda

Gomes, considerada independente, tem 1,39 bilhão de votos favoráveis contra o indicado da Previ, José Mauricio Coelho, que surge no mapa com 616 milhões de votos. Coelho tem apoio também do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. A CNN mostrou como os bastidores dessa eleição chegaram ao Congresso Nacional, que vê interferência do governo nela e fala até mesmo em CPI. Governo e Vale porém rejeitam essa tese e dizem que a disputa mostra justamente que o governo se afastou da companhia. Fontes ligadas ao governo procuraram a CNN para relatar que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não participou do processo de nomeação de Coelho, nome apoiado pela Previ e pelo Banco do Brasil.

CNN

Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A.
CNPJ/ME nº 11.957.593/0001-03 - NIRE n. 3530058525-9

ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 24/06/2026, às 11h00, na sede social. **Presença:** Totalidade dos Acionistas, membros do Conselho de Administração e Diretoria. **Mesa:** Lucas Eduardo Meneguetti - presidente, Estevan Taguchi - Secretário. **Convocação:** Dispensada. **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a constituição de filial da Companhia no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e (ii) consolidar o Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES:** instalada a Assembleia e após discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram: 1. Alteração de Endereço da “FILIAL DOM AGUIRRE” 1.1. Os acionistas aprovam, por unanimidade, a alteração do endereço da filial da Companhia denominada “FILIAL DOM AGUIRRE” (inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.957.593/0005-29), a qual deixará de estar instalada na Rua Dom Aguirre, nº 576, Vila Campo Grande, São Paulo – SP. 1.2. A referida filial passará a operar, a partir desta data, no seguinte endereço: Rua das Carnaubeiras, nº 168, Conjuntos 51/52, “Sala 02”, bairro Jabaquara, São Paulo – SP. 1.3. Ficam ratificadas todas as demais condições de funcionamento da referida filial, inclusive sua natureza administrativa e o rol de atividades descritos nos itens 8.1.2 e 8.1.4 da deliberação de sua constituição, bem como o compromisso da Companhia em manter a estrita observância às disposições legais e regulamentares aplicáveis. 1.4. Em decorrência desta alteração, a Cláusula 2ª do Estatuto Social da Companhia deverá ser consolidada para refletir o novo endereço da FILIAL DOM AGUIRRE, que altera sua denominação para “FILIAL CARNAUBEIRAS”, passando a vigorar com a seguinte redação: Cláusula 2ª – A Companhia tem MATRIZ no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Adelino da Fontoura, nº 543, anexo 551, Jardim Jabaquara, e as seguintes filiais: (...) c) Rua das Carnaubeiras, nº 168, Conjuntos 51/52, “Sala 02”, Bairro Jabaquara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (denominada FILIAL CARNAUBEIRAS).” 2. Aprovação Unânime e Outorga de Poderes. 2.1. A matéria foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos acionistas presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições. 2.2. Em decorrência da deliberação ora aprovada, fica a Diretoria da Companhia expressamente autorizada a praticar todos os atos necessários à efetiva implementação da filial, inclusive, mas não se limitando a: (i) promover os registros e arquivamentos perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e demais órgãos competentes; (ii) providenciar inscrições e cadastros fiscais perante a Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal, bem como demais repartições públicas; (iii) requerer e obter licenças, alvarás, autorizações e inscrições necessárias ao regular funcionamento da filial; (iv) firmar contratos, requerimentos, declarações e demais instrumentos públicos ou particulares necessários à operacionalização das atividades; e (v) praticar todos os demais atos administrativos, societários, fiscais e operacionais indispensáveis ao pleno funcionamento da filial. 3. Consolidação do Estatuto Social. 3.1. Em razão da deliberação acima aprovada, fica autorizada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a constituição da filial ora aprovada, permanecendo inalteradas as demais cláusulas estatutárias que não conflitam com a presente deliberação. 3.2. A consolidação estatutária passará a integrar a presente ata como anexo, para todos os fins de direito. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. a) Lucas Eduardo Meneguetti – Presidente e b) Estevan Taguchi – Secretário. **Mesa:** Lucas Eduardo Meneguetti - Presidente, Estevan Taguchi - Secretário. Acionistas e Conselheiros Presentes: Júlio Eduardo Meneguetti Noveas, GEF Circular Economy Participações S.A. (Anibal Wadih Souliman e Estevan Taguchi). Diretoria: André Caparroz Lopes Pinheiro, Lucas Eduardo Meneguetti - Visto do Advogado: Eduardo Lins - OAB/SP nº 122.319. Jucesp - registrada sob o numero 273.749/26-2 em 07/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

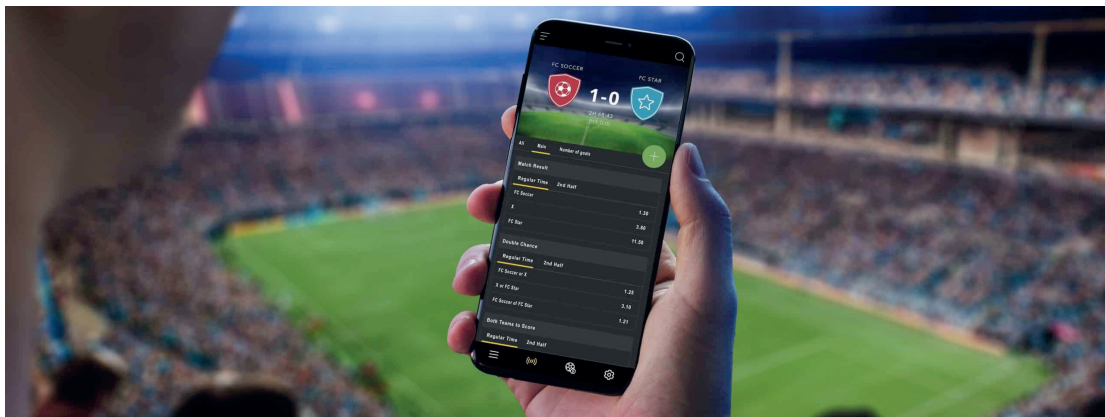
Estok Comércio e Representações S.A.
CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35.300.446.666

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2026

Data, Hora e Local: No dia 13/05/2026, às 08:00 horas, em fórum exclusivamente virtual. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos Conselheiros. **Mesa:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Beatriz Orsolon. **Deliberações:** Os Conselheiros deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar, por unanimidade, consignada a abstenção dos conselheiros Srs. Victor Pereira Noda e Marcelo Rodrigues Marques, a destituição dos Srs. **Victor Pereira Noda**, RG nº 27.938.739-8 SSP/SP, CPF/MF nº 295.089.868-83, do cargo de Diretor; e **Marcelo Rodrigues Marques**, RG nº 30.958.150-3 SSP/SP, CPF/MF nº 213.235.068-02, do cargo de Diretor, com efeitos a partir desta data. A Companhia registra seus agradecimentos aos ex-Diretores por toda dedicação durante o período em que exerceram seus cargos na Diretoria. (ii) Aprovar, por unanimidade, a eleição dos seguintes membros para a Diretoria, com mandato unificado de 1 ano: (a) **André Ferreira Peixoto**, RG nº 095601563 DIC/RJ e CPF/MF nº 041.249.807-36, como Diretor; (b) **Fabio Ferrante**, RG nº 25.637.438-0 Detran-RJ, CPF/MF 134.975.237-12, como Diretor; e (c) **Daniel Passos de Melo**, RG nº 13278437-2 /FP-SP e CPF/MF nº 055.668.087-19, como Diretor. Os novos membros da Diretoria tomarão posse, nesta data, mediante assinatura dos termos de posse. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. São Paulo, 13/05/2026. **Mesa:** **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração; **Beatriz Orsolon** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 261.753/26-5 em 26/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

NEGÓCIOS

Bets tiveram alta em número de apostas e depósitos durante a Copa, mesmo com eliminação precoce do Brasil



A Copa do Mundo fez crescer muito o número de apostadores e aumentou o valor médio dos depósitos nos sites de apostas, as bets. O resultado, no entanto, ficou abaixo do projetado pelo setor, devido à eliminação precoce da seleção brasileira e à crise de imagem por causa das propagandas nas transmissões.

Os maiores avanços foram no número de pessoas apostando e na quantidade de depósitos, de acordo com Leonardo Baptista, CEO da instituição de pagamentos especializada em apostas Pay4Fun. "Houve uma quantidade maior de transações, mas o valor depositado por pessoa não subiu significativamente."

Embora a Pay4Fun e a H2 Gambling Capital, a prin-

cipal consultoria do setor, ainda estejam consolidando os dados sobre apostas no país, informações iniciais, como as da plataforma financeira Klavi, indicam que o número de apostas avançou quase 300% durante a Copa, em comparação ao mês de maio, quando não houve partidas no torneio.

O setor viveu "picos históricos" de transações durante a competição, e as instituições de pagamentos se prepararam anteriormente para a demanda, diz o CEO da Pay4Fun. "Uma hora antes dos jogos, mais ou menos, a quantidade de transações aumenta e aumenta até um minuto antes do jogo. O jogo começa, e abaixa."

De acordo com o levantamento da Klavi, o valor médio dos depósitos subiu

de R\$ 188 antes do mundial da Fifa para R\$ 245,05 durante o campeonato. Picos acima de R\$ 400 foram registrados às vésperas dos jogos do Brasil. No dia da final entre Espanha e Argentina, no domingo (19), a cifra caiu para R\$ 172.

Baptista diz que 60% dos apostadores depositam menos de R\$ 100, com base em dados do Ministério da Fazenda. A maior parte dos gastos se concentra nos 10% que mais depositam. "Mas não são todos que têm dependência, existem pessoas com muito dinheiro para apostar."

Outro ponto de preocupação para o setor foi a reação do governo Lula, além de estados e municípios, contra a publicidade de jogos de azar durante a Copa.

Folhapress

Dona da GOL anuncia compra de até 45 novas aeronaves da Embraer

O Grupo Abra, controladora da Gol e da colombiana Avianca, anunciou nesta terça-feira (21) a compra de até 45 aeronaves da Embraer.

A multinacional brasileira compartilhou o anúncio assinado pelo Grupo Abra, que inclui a aquisição de 20 aeronaves E195-E2, em comunicado ao mercado enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). O movimento já havia sido antecipado pela imprensa.

O acordo também engloba 10 opções de compra e 15 direitos de compra, o que pode expandir a aquisição para 45 aeronaves. A operação total, contudo, está sujeita "ao cumprimento de determinadas condições adicionais."

"O pedido será incluído na carteira de pedidos da Embraer do terceiro trimestre, assim que todas as condições contratuais finais forem cumpridas, com as

entregas previstas para início no quarto trimestre de 2027 e seguir progressivamente a partir deste período", diz o documento.

Por um acordo firmado entre os acionistas majoritários, o grupo Abra foi formado em 2022 para unir a Gol e a Avianca, com a ambição de se tornar o maior conglomerado aéreo da América Latina.

Além das possíveis 45 vendas, a Embraer também anunciou no Farnborough Airshow evento de uma semana que reúne as indústrias aérea e espacial na Inglaterra que a companhia luxemburguesa Luxari realizou o pedido para três aeronaves E190-E2, expandindo a frota e convertendo os direitos de compra existentes.

Um terceiro anúncio de encomendas foi feito no Farnborough Airshow, desta vez pela espanhola Binter, que encomendou cinco aeronaves E195-E2.

Folhapress



Nubank compra Banco Porto Real de Investimentos para obter licença bancária



O Nubank anunciou nesta segunda-feira (20) acordo para aquisição do Banco Porto Real de Investimentos. O negócio visa incorporar a licença bancária da instituição, de modo que a fintech mantenha "bank" no nome --a partir de novembro, instituições que não tiverem a autorização não poderão ter a palavra no nome.

Segundo o Nubank, a inclusão da nova licença ao conglomerado prudencial não impõe exigências adicionais de capital ou liquidez. O valor do negócio não foi divulgado.

"Para os 115 milhões de clientes do Nubank no Brasil, nada muda: o aplicativo, os produtos, os serviços, a marca e o nome da instituição permanecem os mesmos", disse a empresa.

O banco adquirido leva o nome de sua cidade sede. Fundado em 1992 em Porto Real (RJ), a instituição atua na concessão de crédito a clientes de atacado, ou seja, empréstimos a grandes empresas. Em março deste ano, o Nubank filiou-se à Febraban (Federação Brasileira de Bancos), antecipando o movimento.

No primeiro trimestre de 2026, o Nubank teve um

lucro líquido de US\$ 871 milhões (R\$ 4,56 bilhões, na cotação do fim de março). O resultado foi 41% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, mas 5% menor do que no quarto trimestre de 2025.

RAIO-X | NUBANK
Fundação: 2013
Lucro líquido no 1º tri: US\$ 871,4 milhões

Clientes (global): 135 milhões

Funcionários: mais de 9,5 mil

Principais concorrentes: PicPay, Mercado Pago, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Itaú, PagBank, Inter.

Folhapress